

Tarcísio pede cautela em debate sobre fim da escala 6x1

Governador de SP afirma que redução da jornada de trabalho deve considerar impactos

Pablo Jacob/Governo de SP

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, defendeu nesta segunda-feira (18) cautela na discussão sobre mudanças na jornada de trabalho no país, incluindo o fim da escala 6x1 e a redução da carga semanal de 44 para 40 horas. A declaração foi feita durante a abertura da 40ª edição da APAS Show, feira do setor supermercadista realizada na capital paulista.

Segundo o governador, alterações nas regras trabalhistas precisam considerar não apenas a proteção ao trabalhador, mas também a capacidade de adaptação das empresas. Ele afirmou que mudanças estruturais na jornada podem gerar efeitos indiretos, como aumento da informalidade e redução de renda, caso não sejam acompanhadas de medidas de equilíbrio econômico.

“Não adianta achar que vai cuidar do trabalhador sem cuidar do empregador. Quem está falando hoje de desoneração do empregador?”, questionou.

A proposta de redução da jornada semanal e o fim da escala 6x1 têm avançado no Congresso Nacional e se tornou uma das pautas em debate no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A medida é defendida por setores que argumentam que pode melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e ampliar o tempo de descanso.

Tarcísio, no entanto, afirmou



Declaração do governante foi feita durante a abertura da 40ª edição da APAS Show

que há consenso sobre a importância de melhores condições de trabalho, mas alertou que mudanças mal planejadas podem ter efeitos contrários aos desejados. Segundo ele, parte dos trabalhadores pode buscar atividades informais para complementar a renda, caso haja perda de poder de compra.

“Todo mundo quer que o trabalhador possa passar mais tem-

po em casa, possa ter uma escala melhor e ganhar a mesma coisa. Mas a gente não pode enganar o trabalhador”, disse.

O governador acrescentou que, na prática, trabalhadores com jornada reduzida poderiam recorrer a “bicos” para compensar eventual queda na renda mensal, o que, segundo ele, comprometeria o objetivo da proposta.

“Ele vai ter que perder o tem-

po livre fazendo bico para garantir o mínimo de renda”, afirmou.

Tarcísio também defendeu que o debate seja conduzido sem pressa e com análise dos impactos econômicos. Ele afirmou que alterações na legislação trabalhista podem elevar custos para as empresas e afetar a geração de empregos formais.

“Há uma preocupação enorme que precisa ser ouvida para

que a gente não leve as pessoas para o caminho da informalidade, da falta de proteção social e do desemprego”, disse.

Durante o evento, representantes do setor varejista e supermercadista manifestaram preocupação com possíveis impactos sobre custos operacionais e contratação de mão de obra. O governador citou ainda que parte do setor já adota modelos alternativos de escala, como o 5x2, mantendo a carga horária e a formalização do emprego.

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, também participou da abertura da feira e afirmou que o governo federal pretende ampliar o diálogo com trabalhadores e empresários sobre o tema. Ele relatou que a discussão já chegou ao cotidiano das relações de trabalho e defendeu a busca por consenso.

“A política é essa arte do abraço coletivo, do bem comum”, afirmou o vice-presidente.

Já o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, disse ter ouvido preocupações do setor produtivo e avaliou que o tema ainda precisa amadurecer antes de qualquer decisão. Segundo ele, mudanças na jornada de trabalho podem ter impactos jurídicos e em contratos públicos, exigindo avaliação mais ampla.

O debate sobre a jornada de trabalho segue em discussão no Congresso.

Acordos sobre dívidas crescem 42% em São Paulo

Divulgação/Governo de SP

Os acordos firmados entre consumidores superendividados e o Procon-SP cresceram 42% no Estado de São Paulo em 2025. Dados do Núcleo de Tratamento ao Superendividamento (NTS), da Fundação Procon-SP, mostram que o número de renegociações passou de 703, em 2024, para 1 mil acordos no ano passado. O aumento reflete a busca crescente por alternativas para reorganizar as finanças diante do avanço do endividamento das famílias paulistas. Pela Lei do Superendividamento, é considerado superendividado o consumidor que não consegue quitar suas dívidas sem comprometer despesas essenciais, como alimentação, moradia, saúde e transporte. A legislação contempla dívidas relacionadas a operações de crédito e consumo, mas exclui compras de artigos ou serviços de luxo de alto valor.

Além da alta nos acordos, o volume de atendimentos também

avançou. Em 2024, o núcleo registrou 9.543 consumidores em busca de renegociação de contas ou dívidas, com média de 3,24 demandas por pessoa. Em 2025, o total subiu para 11.460 consumidores, com média de 2,96 demandas individuais.

Segundo o levantamento, aproximadamente 80% dos atendimentos não têm continuidade devido à falta de documentos ou informações fornecidas pelos próprios consumidores ao longo do processo. Mesmo assim, o crescimento das renegociações consolidadas indica maior adesão aos mecanismos de conciliação disponibilizados pelo órgão estadual.

O perfil predominante dos consumidores atendidos em 2025 foi de mulheres, responsáveis por 59,4% dos casos. A faixa etária entre 31 e 50 anos concentrou 59,5% dos atendimentos, seguida pelos jovens de até 30 anos, com participação de

21,1%. Entre as principais causas do superendividamento aparecem o descontrole financeiro, apontado em 40,8% das situações, o desemprego, com 18,1%, e a redução de renda, responsável por 16,7% dos registros. O Programa de Apoio ao Superendividado (PAS), desenvolvido pelo NTS, atua na mediação entre consumidores e credores com foco na preservação do chamado mínimo existencial. O atendimento é destinado a pessoas físicas, microempreendedores individuais e empresários individuais que enfrentam dificuldades para manter pagamentos sem comprometer despesas básicas. Além da capital paulista, o programa também funciona em 23 Procons municipais do interior e do litoral do Estado, além de contar com apoio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça de São Paulo. O núcleo ainda promove ações de educação financeira.



A fundação criou o NTS para dar suporte à quitação de dívidas